



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6232 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

O Programa Criança Feliz e o governo da infância

Carolina Dias Capilheira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE

Maria Renata Alonso Mota - FURG - Universidade Federal do Rio Grande

O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E O GOVERNAMENTO DA INFÂNCIA

PALAVRAS-CHAVE: Programa Criança Feliz. Políticas para a Infância. Infância

Este trabalho tem o objetivo de apresentar resultados de uma pesquisa que teceu problematizações acerca de políticas públicas voltadas à infância, com o objetivo de analisar quais as estratégias de governo o Programa Criança Feliz do Governo Federal mobiliza e como vêm produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na Contemporaneidade. Tendo em vista que a infância é o foco deste Programa, as análises apresentadas neste trabalho priorizam reflexões acerca das formas como a infância é narrada e compreendida dentro do Programa Criança Feliz.

Para a realização da pesquisa, a partir da perspectiva foucaultiana, foram elencadas as seguintes ferramentas teórico-metodológicas: governo e biopolítica. Também operamos com o conceito de governamentalidade como grade de inteligibilidade, de forma a perceber as racionalidades implicadas nas estratégias adotadas por meio do Programa Criança Feliz e a forma como elas incidem nas subjetividades dos sujeitos, conduzindo suas condutas. Assim, pretendemos compreender as estratégias presentes no governo da infância contemporânea, que estão presentes nesta política pública, e do quanto se utilizam de verdades para a condução da infância.

Para responder ao objetivo do estudo, fizeram parte do *corpus* de análise os seguintes materiais: Lei do Marco Legal para a Primeira Infância e Decretos que instituem e alteram o Programa Criança Feliz; documentos relacionados, como o guia para visita domiciliar e Avaliação do impacto do programa Criança Feliz; Matérias publicadas nos Sites do Governo Federal e Ministérios, em Sites educacionais, de associações e sindicatos; e Matérias publicadas em jornais e revistas.

O Programa Criança Feliz do Governo Federal foi instituído através do Decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, apresentando como finalidade: “promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei

nº 13.257, de 8 de março de 2016” (BRASIL, 2018). O Programa prioriza gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação continuada e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção.

Nas análises apresentadas neste trabalho procuraremos focar em dois argumentos centrais. O primeiro diz respeito à percepção de que o investimento do Programa Criança Feliz em capital humano. O segundo argumento diz respeito ao fato de que este Programa configura-se como uma estratégia que prioriza processos educativos que não estão vinculados à Educação Infantil. Em ambos argumentos procuramos mostrar o quanto as estratégias adotadas por meio deste Programa estão imbricadas com a razão governamental neoliberal.

Ao analisarmos os materiais, percebemos o quanto, em vários momentos a necessidade de formação humana é apresentada como uma das grandes justificativas do Programa Criança Feliz. Estamos compreendendo que tais ações do Programa Criança Feliz, são ações de governo da infância que poderiam ser percebidas como uma formação humana, tendo em vista que estão direcionadas às crianças mesmo antes de seu nascimento. Mas como veremos mais adiante, ainda que sejam voltadas para a infância, o foco não é a criança no presente, mas a formação de um capital humano, como salientamos anteriormente.

E ao fazermos esta afirmação, recorremos a Bujes (2015, p.265) para explicar que “em relação à infância, governar supõe zelar, antes de mais nada, para a manutenção da vida das crianças, mas também para possibilitar que ela se torne útil social e economicamente”. Investir nesses cidadãos, a partir de tal perspectiva, pressupõe um governo para o futuro, como preparação para um destino promissor.

Ao investir na infância através do controle dos riscos intenciona-se uma prevenção de acontecimentos futuros. Segundo Moraes e Nascimento (2002, p.100) o controle dos riscos vai assumindo importância fundamental como poder de autovigilância e como mecanismo de interferência nos hábitos das pessoas “pelo seu próprio bem”, “pela sua própria vida”. O Programa Criança Feliz, ao acionar os indivíduos para que sejam os responsáveis pelo futuro dos filhos, torna praticamente certo a participação dos pais e das famílias, pois todos querem garantir um futuro sem doenças, sem desemprego, sem riscos.

Portanto, é preciso estar atento para que os perigos não sejam iminentes, e as crianças tenham um futuro promissor. No Programa, as propostas para o fortalecimento da vida biológica, para seu cuidado e manutenção, fazem com que cada um se torne responsável pelo seu futuro. Ao investir na infância a intenção é que as crianças sejam capazes de, no futuro, produzir a sua renda com seu trabalho e colaborar na construção do país.

No Programa são ativados mecanismos fazendo com que vários âmbitos sejam acionados para o seu êxito. No documento redigido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, um guia de políticas e programas do Governo Federal, traz o seguinte excerto: “Os princípios básicos da neurociência indicam que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos custoso do que tentar tratar as consequências das adversidades iniciais mais tarde” (BRASIL, 2017b).

A intenção de investir no desenvolvimento humano está diretamente ligada à manutenção da vida. No caso do Programa Criança Feliz está ligado à saúde da mãe, do bebê, dos cuidados com higiene, alimentação e ambiente familiar. Foucault nos ajuda a entender estes mecanismos a partir do que chamou de Biopoder. Numa análise foucaultiana, os dispositivos disciplinares tinham como alvo o corpo e sua disciplina, na intenção de moldá-lo. A partir dos conhecimentos do corpo-espécie foi possível ter um controle sobre a população: a biopolítica, uma outra faceta do biopoder. Chama-se faceta pois: “As disciplinas do corpo e

as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p.130).

Lockmann (2016) em seu artigo sobre *Inclusão por circulação*, afirma que a estratégia de defesa social na Contemporaneidade é a inclusão, já que todos os indivíduos são alvos de governamento através dos discursos à que são subjetivados. No Programa Criança Feliz a intenção é incluir as famílias com filhos pequenos para que sejam instrumento de ação na infância. Com esses conceitos pode-se tentar entender as estratégias de governamento sobre a infância dentro do programa.

Pode-se pensar que se governa a infância para incluir crianças em condições de pobreza ao mínimo necessário para que tenham condições de concorrência quando adultos. A fala do então ministro Osmar Terra, na ocasião do lançamento do Programa, traduz essa ideia: “Uma criança que nasce de uma mulher pobre e uma criança que nasce de uma mulher de classe média vão chegar à escola já com um abismo entre elas. Então é muito importante intervir nesse período, com ações de acompanhamento de orientação da família” (BRASIL, 2017c). Na fala percebe-se a preocupação de que crianças pobres possam ter capacidade de concorrer com outras mais favorecidas, seguindo a ideia de investimento no futuro, precisando proteger as vidas mais frágeis, para que possam “dar frutos” através dos seus trabalhos, e a criança só consegue superar essa fase com a ajuda da família.

A ideia de um investimento desde a gestação está imbricada ao tipo de governamentalidade que vem operando na contemporaneidade: o neoliberalismo. Na governamentalidade neoliberal, a economia não se restringe “à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano” (COSTA, 2009, p.177). Ao investir na vida dos indivíduos desde a gestação, mais capital humano será acumulado e o indivíduo terá mais chances de concorrência. Sobre essa afirmação, Lockmann e Mota (2013) apontam que: “pensando na atualidade, podemos dizer que esses investimentos, desenvolvidos cada vez mais cedo, nos *capitais-infantis*, podem ser compreendidos como estratégias de prevenção de um tipo de sujeito indesejável para o funcionamento da sociedade atual” (LOCKMANN e MOTA, 2013, p.20).

Percebemos um deslocamento no que diz respeito às ações de assistência à infância que percebíamos no início da Modernidade, pois os indivíduos alvo desse programa não são objeto de benemerência, mas de uma ação “anti-escape” dos controles que buscam a condução das condutas. Neste caso, é fundamental trazer a Teoria do Capital Humano, criada por Theodore Schultz, da Escola de Chicago. Essa noção de capital humano diz respeito a um conjunto de habilidades e capacidades aperfeiçoadas e acumuladas pelos indivíduos ao longo da vida. São os investimentos do indivíduo no capital, que trarão os resultados do seu trabalho, da sua renda. Quanto mais capitalizado for o indivíduo nas suas capacidades e destrezas, maior seu investimento, e, conseqüentemente, retorno financeiro.

Foucault (2008, p.311) traz que o indivíduo contemporâneo passa a ser considerado um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de (sua) renda” e “que faz um certo número de despesas de investimentos para obter certa melhoria” (FOUCAULT, 2008, p.317), por isso, para ser um empresário de si mesmo, é preciso que o indivíduo tenha uma visão empreendedora da sua vida, sendo o único responsável por suas escolhas. Seguindo esse pensamento dentro do Programa Criança Feliz, será a partir do investimento em capital humano, com a intenção de uma garantia de um futuro melhor, que rege a lógica dessa política social.

Foucault (2008), menciona a genética na produção do capital humano, feita pelos

teóricos da Escola de Chicago que afirmam que este capital é constituído por dois elementos: inatos e adquiridos. Ao relacionar essa concepção de capital inato com este estudo, percebemos o investimento do Programa Criança Feliz para o governmentamento dos indivíduos de modo que desde a gestação utilizem estratégias para investimento neste futuro sujeito. A metodologia utilizada no Programa prevê objetivos para que os visitantes possam acompanhar as famílias, dentre eles destacamos: abordar a importância do pré-natal e as mudanças geradas pela gestação; Identificar se a gestante tem acesso ao pré-natal, se realizou todos os exames preconizados até o momento e se tem acesso a todos os medicamentos prescrito (BRASIL, 2017a).

O investimento em capital inato vai se dar através da orientação de que o pré-natal é um momento de extrema importância, bem como a medicação orientada às gestantes. Desde a gestação há iniciativas para que esse capital vá se construindo para que se torne um indivíduo saudável.

Sobre o capital adquirido, Foucault menciona que o investimento deve ser na educação, pois através dela o indivíduo será capaz de produzir renda, mas não só com a educação escolar, mas com o tempo com que os pais passam com seus filhos, como forma de investimento, também pode produzir capital humano. Ao encontro do referido, Lockmann (2013, p.140) traz a ideia de que não são só às qualidades dos progenitores, mas também dos investimentos a partir da gestação, através da área da saúde, a que as mães se submetem para garantir que seu bebê se torne uma criança saudável, com um potencial produtivo no futuro. O excerto a seguir vêm ao encontro das ideias colocadas acima: “Pesquisas científicas comprovam que os primeiros anos de vida são o período com a maior *janela de oportunidades* para o desenvolvimento humano integral. O que a criança aprende na primeira infância serve de base para tudo o que ela aprenderá ao longo da sua vida” (BRASIL, 2017b). O discurso de que a maior janela de oportunidades se dá na infância, onde o indivíduo aprende com mais facilidade, é potente para o convencimento e governmentamento dos sujeitos dentro da família.

Ao analisarmos o Programa Criança Feliz, também percebemos que está nos processos educativos prioritariamente não vinculados à educação escolar, o instrumento que vai fazer com que este Programa obtenha êxito. O Programa Criança Feliz escapa da escola, pois é por meio da educação das famílias, atingindo todos os envolvidos, que age diretamente em instâncias mais íntimas, através do governmentamento dos indivíduos. Nesse sentido, compartilhamos com a ideia de Veiga-Neto (2015), quando afirma que o importante é saber para onde as ações de governmentamento estão levando a infância e “conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos” (VEIGA-NETO, 2015, p.56).

Um dos eixos estratégicos do Programa Criança Feliz constitui-se nas visitas domiciliares. De acordo com o Guia de Visitação Domiciliar (BRASIL, 2017a), as visitas serão realizadas por profissionais de nível médio ou superior, sendo supervisionados por profissionais de nível superior capacitados na metodologia das visitas domiciliares. As ações dos visitantes domiciliares vão desde o preenchimento de questionários caracterizando as famílias, até orientações e acompanhamento das crianças e gestantes, incluindo a orientação de atividades de estimulação para o desenvolvimento integral da criança. (BRASIL, 2017a).

Podemos perceber a partir desta estratégia um forte entrelaçamento entre assistência e educação. O Programa Criança Feliz, através destas e de outras ações no âmbito da família, afirma um discurso onde a educação e a assistência se entrelaçam, fazendo com que esses quesitos se intensifiquem como investimentos biopolíticos.

Então, se por um lado vemos algumas políticas para a infância que priorizam os

direitos à Educação Infantil, por outro lado, podemos perceber um possível enfraquecimento desta garantia de direito à educação. Percebemos isto, principalmente quando pensamos na faixa etária de zero a três anos de idade.

A estratégia de visitas domiciliares do programa Criança Feliz é um exemplo do que estamos querendo ressaltar. Há todo um investimento em protocolos de cuidado e educação via família, com orientação dos visitantes. Porém, o investimento não é em Educação Infantil, com profissionais que possuem formação específica para a educação integral de crianças desde bebês. O investimento ocorre por meio de um barateamento, em que as relações entre educação e assistência vão assumindo contornos assistencialistas, com ênfase em propostas compensatórias. O desenvolvimento humano e o direito à educação preconizados pelo Programa Criança Feliz revertem-se em uma economia de investimentos por parte do Estado. Nesse sentido, conforme apontam Campos e Campos (2008) a educação e as políticas públicas, com foco em estratégias para o alívio da pobreza, ancoram-se em políticas compensatórias, que vão em direção contrária às bases que ancoram as políticas redistributivas estruturais. “Nessa perspectiva, as causas estruturais da pobreza não são atacadas, e o que é fomentado é o desenvolvimento de políticas compensatórias focalizadas” (CAMPOS e CAMPOS, 2008, p.244).

Percebemos, então, que através de políticas públicas, na ação sobre cada um, o controle do Estado através de ações preventivas se torna muito potente, pois “a governamentalidade democrática estende seus tentáculos a todos os atores sociais, chegando às crianças.” (GALLO, 2015, p.337), fazendo com que, a exemplo do Programa Criança Feliz, possam estar incluídos desde a gestação para que melhor possam ser governados.

Para finalizar, é importante ressaltar que percebemos que se governa a infância para uma finalidade específica, com objetivos de levá-la a algum lugar. A infância como uma etapa de preparação e investimento futuro é o que se percebe através das estratégias do Programa Criança Feliz. Tal estratégia tem a intenção de gerir os riscos e produzir sujeitos capazes de investir em si mesmos quando adultos, sem provocar custos ao Estado e capazes de concorrer no jogo econômico.

REFERÊNCIAS

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais**. In: RESENDE, Haroldo de. (org). Michel Foucault o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BRASIL. **Decreto no 8.869**, de 5 de outubro de 2016, que institui o programa Criança Feliz. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. 2ª versão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de Políticas e Programas**. Brasília, DF: MDSA, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Acordo entre ministérios propõe atividades de extensão para atendimento à primeira infância.** Área de imprensa. 2017c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/207-noticias/1625150495/53871-acordo-entre-ministerios-propoe-atividade-de-extensao-para-atendimento-a-primeira-infancia>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.579**, de 5 de novembro de 2018, que Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF, 2018.

CAMPOS Rosânea e CAMPOS Roselane Fátima. A educação das crianças pequenas como estratégia para o “alívio” da pobreza. IN: **Inter-Ação**: Rev. Fac. Educ. UFG, 33 (2): 241-263, jul./dez. 2008.

COSTA, Sylvio Gadelha da. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e educação contemporânea.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 34, n.2, p 171-186, maio/agosto2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France (1978-79). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLO, Silvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo (org). **Michel Foucault. O governo da infância.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOCKMANN, Kamila. As práticas de inclusão por circulação: formas de governar a população no espaço aberto. In: **Revista Cadernos de Educação**, Dossiê Práticas Educativas em uma Sociedade de Projetos, 2016, p. 19-36.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada:** estratégias de governamentalidade neoliberal. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013.

LOCKMANN, Kamila e MOTA, Maria Renata Alonso. **Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica.** In: *Revista Linhas*. V. 14, n. 26, jan/jun 2013. Florianópolis. p. 76-111.

MORAES, Thiago Drumond; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Da norma ao risco: transformações na produção das subjetividades contemporâneas.** *Revista Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 7, n. 1 , p. 91 -102, jan./jun. 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: O governo da infância.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.